Ata do Conselho Consultivo do Revis Banhado do Maçarico

A reunião foi iniciada as 8:30hs do dia 07 de outubro de 2020 pelo senhor Luciano Soares, em sua fala inicial fez uma conferência do quórum da reunião, estando presentes Nema, Agapan, Esec Taim, Federarroz, Associação Proprietários e Moradores do Banhado do Maçarico, Sindenergia, Sindicato Rural de Rio Grande e Furg, além de convidados que assistiram a reunião. Confirmação das ausentes Pref. de Rio Grande e o Comitê de Bacia Mirim-São Gonçalo. A reunião foi iniciada com a aprovação da ata da reunião anterior e o ponto seguinte foi à apresentação do DPP pela senhora Paola. Eduardo Peixoto coloca que conversou com a senhora Alini e consideraram que o DPP precisa de alguns ajustes. Sugere que seja criado um GT para fazer esses ajustes e dentro do mesmo grupo dar início ao plano de manejo via conselho da Unidade. Paola então começa a apresentar o documento, que apresenta as bases metodológicas para a elaboração do plano de manejo, destacando ser um processo mais célere, mais simplificado, sendo um documento mais estratégico pensando no que queremos preserva no Banhado do Maçarico e deixando os planejamentos específicos para um passo posterior. Documento elaborado em oficinas específicas, cujo público principal seja o conselho da UC, havendo a contratação apenas dos serviços de mediação e relatoria das oficinas. Werner do NEMA fala que concorda e discorda de Eduardo, aponta que o DPP é só um desenho e não acha necessário gastar tempo sobre o documento. Eduardo deixa claro que um dos problemas da UC foi à falta de planejamento e pressa no processo criação e que muitos proprietários não foram informados da existência da Unidade de Conservação. Conclui que para ele a ata de hoje inicia o plano de manejo, reiterando que tenhamos que ter um grupo então se debruçar ao DPP, dando oportunidade a participação de todos. Alini concorda que devemos dar o start ao plano de manejo, mas coloca em dúvida de como se dará a relação público-privada, e que a aprovação do DPP precisa passar por uma assembleia da associação para sua aprovação por parte dos seus representantes. Thiago acrescenta que a relação público-privada dentro da UC tem que ser bem definida e que o DPP hoje não contempla essa relação. Paola coloca que é favorável a aprovação do DPP e início do plano de manejo, sendo esse discutido dos passos para a sua elaboração dentro de um GT. O senhor Thiago sugere um regramento da relação público-privada dentro do regimento interno ou outro instrumento específico. Luciano coloca que o regramento do conselho é o regimento interno e que o conselho não é formado somente pelos proprietários, e que o plano de manejo é que irá regrar as atividades dentro da UC. Entra em discussão a Zona de Amortecimento, sendo apontado que a ZA não será discutida no plano de manejo, precisando passar por um processo específico e a parte do plano. Anderson da federarroz coloca que o ritmo do processo esta muito rápido, e para ele o plano de manejo já esta sendo feito, e que o regimento interno não dá segurança aos proprietários. Mostra-se preocupado com a qualidade do debate nesse momento de pandemia, discorda que o plano de manejo não seja o mais abrangente possível e vê a possibilidade de judicializações no futuro. Gostaria de se debruçar mais sobre o DPP e aprofundar mais alguns pontos. Giovanni da UFPel coloca que devemos fazer uma abordagem didática do tópico do plano de manejo, citando o SNUC e Decreto Federal 4340, e questiona se há um roteiro metodológico sobre o plano de manejo. Paola colaca que o Estado não possui um marco regulatório do processo e aponta que nos baseamos na IN do ICMBio e que o nosso processo será regulamentado pelo DPP. Para o nosso plano de manejo começar de fato, deve ocorrer a aprovação do DPP, hoje estamos apenas discutindo o plano de manejo. Cleber da FURG pede mais clareza e objetividade no assunto do DPP, pois estamos na segunda reunião falando sobre o ele e que os questionamentos continuam os mesmos. Vê que a Paola deu um encaminhamento, considerando o primeiro passo os proprietários fazerem uma avaliação no documento e apresentar as suas considerações, para que ele garanta a relação público-privada, já bastante expressada por eles, dentro da Unidade. Ronaldo da Esec Taim considera importante a metodologia do DPP, e exemplifica o caso do ICMBio que hoje trabalha com uma elaboração mais expedita e coloca a disposição o material do Instituto que tem propostas de zoneamento e normas para cada categoria. Por fim expõe que vê como maior preocupação por parte dos proprietários frente ao DPP seja a participação social, que não está bem claro no documento como ela será. Renato Reis do Sindicato Rural de Rio Grande fica contente com a posição dos conselheiros frente ao setor produtivo. Vê que a falta do regimento ainda não formado, e a possível entrada de outras instituições que tenham interface com a Revis, venha a enriquecer a discussão do DPP. Thiago coloca que devemos tratar do regimento antes de partirmos para o DPP, e entende que devem haver regras dentro do regimento, fora do plano de manejo. Luciano coloca então que o DPP ficará para um segundo momento e seguiremos no regimento até a sua conclusão, embora a discussão do documento foi uma decisão da plenária na última reunião em função da ação Civil Pública. Werner pede um encaminhamento frente ao DPP, pois o assunto já esta em pauta a 01 hora de reunião. Aponta que o conselho já esta com a composição equalizada quanto à representação público-privado, e que seria salutar que as instituições devam fazer uma discussão com suas bases e proponham sugestões ao documento. Alini questiona como se dará a relação público-privado, visto que a associação não representa a totalidade dos proprietários. Luciano Esclarece que eles serão ouvidos no plano de manejo. Paola coloca que no fluxograma consta que uma das primeiras ações a serem desenvolvidas é o mapeamento e mobilização das pessoas envolvidas. Eduardo acha fundamental que o Estado faço o contato com proprietários que não estão dentro da Associação. Encerrada a questão do DPP a plenária segue a pauta do regimento interno do conselho, a partir do artigo 4º que trata da Estrutura do Conselho. Cleber coloca que seja colocado no art. 6º algum inciso que o presidente poderá encerrar uma discussão quando julgue pertinente e apresentar em outra reunião com mais informações. Thiago aponta que há subjetividade na questão, pois o presidente poderá engavetar o assunto, tendo que ser estipulado um prazo para volta do assunto. Werner concorda com Thiago devendo haver algum regramento sobre ao assunto, para não haver um arquivamento do mesmo. Werner coloca em discussão a Secretaria Executiva do conselho, levantando a hipótese dela ser externa a Sema, composta por algum membro do conselho, conforme ocorre no COMDEMA de Rio Grande. Fica em discussão o artigo 6º assim como o artigo 21. Enfim definem uma redação para o inciso XI do artigo 6º, assim como um parágrafo único. Luciano apresenta os encaminhamentos da reunião que chega ao fim, com o DPP ficando para ser discutido após a conclusão do regimento, que a próxima reunião o regimento continuará a ser discutido a partir do artigo 8º, sendo sugerida pelo presidente a próxima reunião para 04 de novembro. Acorrem algumas colocações da possibilidade de reunião presencial. Renato coloca para a aprovação de Ata a prorrogação do prazo para elaboração do regimento. Cleber coloca que a reunião virtual não é um bom formato de reunião, mas aponta que a presencial também não a solução para vencermos o regimento. Para ele precisamos ser objetivos na discussão. Luciano encerra a reunião colocando que a próxima reunião será dia 04 de novembro com pauta única o regimento interno, estando os presentes de acordo com a proposição. A minuta trabalhada foi compartilhada no drive.